

# O fim da democracia ou o princípio da solução?

---

por Manuel Abranches de Soveral

Com a recente atribuição de mais três deputados pela emigração, a coligação PSD/CDS obtém 107 deputados na nova Assembleia. Fica portanto a nove deputados da maioria absoluta, que se consegue com 116 deputados. O que, após um governo que herdou uma bancarrota e se viu obrigado a fazer o que fez, é uma coisa notabilíssima e revela afinal a maturidade política de boa parte do povo português.

Se vingar a peregrina ideia de um governo super-minoritário do Partido Socialista (87 deputados) com apoio parlamentar da extrema-esquerda (19 deputado do BE e 17 deputados do PC), para além de tudo o mais, estamos a assistir ao fim da democracia.

Desde logo, avulta o descrédito de ir formar governo o mais evidente derrotado das últimas eleições, que se tivesse alguma vergonha na cara se teria demitido de líder do partido no próprio dia eleitoral. Com a agravante de o fazer de forma ilegítima, pois se o PS tivesse anunciado na campanha de que se ia aliar ao BE e ao PC para formar governo, é evidente que a coligação PSD/CDS teria obtido os nove deputados que lhe faltam para a maioria absoluta.

Mais grave ainda é a subversão que isso implica na nossa democracia. Na verdade, se este princípio for avante, nunca mais o PSD e o CDS podem formar governo em Portugal sem maioria absoluta! Nem, por maioria de razão, podem mudar o sistema eleitoral. Pelo contrário, o PS e a extrema-esquerda é que podem alterar o sistema de forma a os eternizar no poder. Ou seja: a democracia acabou.

Já não era democrático que um governo eleito por maioria absoluta - coisa difícilíssima, que o nosso sistema eleitoral não privilegia, ao contrário de outros europeus -, não pudesse concretizar o programa com que foi eleito devido a uma Constituição socialista-comunista e, sobretudo, à interpretação política que dela faz a maioria (partidária) dos juizes do Tribunal Constitucional. Como se isto não bastasse, a partir de agora o PSD e o CDS só podem ganhar eleições com maioria absoluta conjunta,

coisa que o nosso sistema eleitoral claramente contraria e só acontece em circunstâncias muito especiais.

Se isto não é o fim da democracia, não sei o que seja.

A ser como Costa gostaria, estaríamos a caminho do terceiro mundo, de pseudo-democracias como a de Angola, onde o socialista José Eduardo dos Santos está há 37 anos no poder, enquanto a filha e os amigos enriquecem para além de todos os limites do razoável. Sócrates podia respirar de alívio.

Nesta conjuntura, há uma coisa que o PSD e o CDS não podem fazer: considerar isto normal e aceitar entrar no jogo podre que está a desacreditar a política e os políticos. Têm de tomar uma posição muito firme de repúdio de toda esta situação e, em consequência, votar contra o programa e orçamento do eventual governo super-minoritário do Costa, até para obrigar o voto favorável do BE e do PC. Não podem nunca cair no canto da sereia do interesse nacional imediato, pois o verdadeiro interesse nacional está no repúdio claro e frontal de toda esta situação, verdadeiramente antidemocrática.

Na verdade, se o PSD e o CDS se mantiverem unidos e determinados contra esse aborto governativo e a subversão democrática subjacente, poderão vir a prestar um inestimável serviço a Portugal. Porque há duas coisas previsíveis que acontecerão ao governo Costa: vai conduzir à regressão na recuperação económica e social do país que a coligação encetou e não vai durar mais de um ano. As benesses que distribuirá, quer por mero eleitoralismo socrático quer pelas obrigações que o apoio da extrema-esquerda obriga, serão a desgraça do país.

O PS ficará entalado entre as obrigações europeias e o populismo irrealista da extrema-esquerda. A coligação deve anunciar à partida que votará contra todas as propostas socialistas de que discorda e que se absterá nas que concorda, dado o carácter antidemocrático desse governo, liderado por quem perdeu as eleições. E deve explicar ao país que a sua abstenção nas propostas do PS com que eventualmente concorda é funcionalmente irrelevante, pois nessa circunstância o PS tem deputados suficientes para as aprovar. Assim, o PS ficará sempre com o ónus das medidas impopulares. E tudo o que de popular fizer será atribuído a crédito da extrema-esquerda. A coligação ficará como a reserva moral da nação.

E quanto mais durar o governo Costa, pior serão os resultados, maior a tensão com a extrema-esquerda e sobretudo melhor será a percepção que terá a população do buraco a que o PS novamente nos conduziu.

Mas o mais certo é termos novas eleições em 2016. E então não é só evidente que a coligação PSD/CDS ganhará com maioria absoluta. É mesmo possível que ganhe com 154 deputados, ou seja, com uma maioria de 2/3, o que lhes permitirá finalmente fazer uma cabal revisão da Constituição, acabando de vez com os empecilhos socialistas ao desenvolvimento e à fundamental reforma do Estado.

Obter 154 deputados, mesmo para uma coligação, não é objectivo fácil. Mas, nas eleições de 2011, concorrendo separados, o PSD teve 108 deputados e o CDS 24 deputados, ou seja, 132 ao todo. Se tivessem concorrido coligados, pelos efeitos do método de Hondt possivelmente teriam chegado aos 140.

Creio, portanto, que após o previsível falhanço do instável governo socialista/comunista que se prepara, tendo ainda em conta a farsa e subversão democrática que o permitiu, o povo português terá a sabedoria necessária para dar à coligação esse suplemento de 14 deputados que lhe permitirá acabar de uma vez por todas com o PREC e encetar finalmente um verdadeiro caminho de desenvolvimento para Portugal.

Ou me engano muito ou o feitiço há-de virar-se contra o feiticeiro...

Porto, 17 de Outubro de 2015